

## A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES A CERCA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADA MARIA DO CÉU PEREIRA FERNANDES NO MUNICÍPIO DE GOIANINHA-RN

TEACHERS' PERCEPTION ABOUT PEDAGOGICAL PRACTICE IN THE SUBJECT RELIGIOUS EDUCATION AT THE MUNICIPAL SCHOOL DEPUTA MARIA DO CÉU PEREIRA FERNANDES IN THE MUNICIPALITY OF GOIANINHA-RN

Paulo César Adelino dos Santos<sup>1</sup>  
Marcela Tarciana Cunha Silva Martins<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo discorre sobre a percepção dos professores a cerca da prática pedagógica na disciplina ensino religioso na Escola Municipal Deputada Maria do Céu Pereira Fernandes no município de Goianinha-RN. Teve como objetivo refletir sobre as estratégias utilizadas e como os docentes veem o desenvolvimento da disciplina em sala de aula, já que com a temática do ensino religioso devemos lutar contra a intolerância religiosa, a formação deficiente dos professores para a disciplina, além da falta de recursos nas escolas públicas. Assim, buscou-se ouvir os docentes para que, através de sua percepção, pudéssemos nortear os planejamentos de ensino e obter melhores resultados a cerca da assimilação dos educandos sobre as temáticas do ensino religioso. Fundamentamos essas percepções a luz de teóricos e documentos norteadores da educação básica brasileira.

**Palavras-chave:** Ensino religioso. Tratamento didático. Reflexões docentes.

106

**ABSTRACT:** This article discusses the teachers' perception about the pedagogical practice in the discipline of religious education at the Municipal School Deputada Maria do Céu Pereira Fernandes in the municipality of Goianinha-RN. It aimed to reflect on the strategies used and how teachers see the development of the discipline in the classroom, since with the theme of religious education we must fight against religious intolerance, the deficient training of teachers for the discipline, in addition to the lack of resources in public schools. Thus, we sought to listen to teachers so that, through their perception, we could guide teaching plans and obtain better results about the assimilation of students on the themes of religious education. We base these perceptions in the light of theorists and documents that guide Brazilian basic education.

**Keywords:** Religious education. Didactic treatment. Teacher reflections.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University, Mestre em Ciências da Educação pela UNASUR, especialista em Gestão Escolar e Coordenação pedagógica pela Faculdade Metropolitana de Ciências e Tecnologia, História do RN pela UNP e Psicopedagogia clínica e institucional pela UNIFACEX, graduado em Pedagogia pela UVA e Geografia pela UNP, Professor na Escola Municipal Deputada Maria do Céu Pereira Fernandes e na Escola Estadual Prof. Francisco Barbosa em Goianinha-RN. Pesquisador das áreas de educação religiosa, história do RN, formação de professores.

<sup>2</sup> Professora Orientadora de cursos de Mestrado e Doutorado em Educação Veni Creator Christian University, pesquisadora em formação de professores, tratamento didático, letramento e outras áreas ligadas a Educação. Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (1999), mestrado em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (2004) e doutorado em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (2009). Experiência na área de ensino em Educação e Saúde com os seguintes componentes curriculares: Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia, Metodologia do Trabalho Científico e Estágio Supervisionado em ensino de Ciências e Biologia, Pesquisa (Ensino, Extensão e Seminário), Embriologia, Histologia, Citologia, Genética, Bioquímica, e Botânica. Experiência na pesquisa atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Ciências e Biologia; Educação Ambiental, Meio Ambiente e Saúde, Botânica, Sementes, Cactaceae, Euphorbiaceae, Fisiologia, Bioquímica, Germinação, Dormência e Citogenética de Plantas.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, tem crescido a consciência coletiva acerca da formação integral do aluno, a preocupação com a ampliação das experiências, assim como o desenvolvimento das potencialidades cognitivas, estéticas, culturais e sociais do ser. O direito de liberdade e expressão religiosa tem espaço garantido desde a Constituição Federal de 1988, como um direito ligado à natureza humana na forma de se relacionar com a sociedade. Com o fim da ditadura militar, os brasileiros passaram a ter vários direitos, que no período do regime militar não eram permitidos, entre eles, está o direito da liberdade de expressão.

No contexto brasileiro, mesmo havendo um reconhecimento constitucional das variadas leis que asseguram o direito da liberdade de expressão religiosa, existe uma permanência de comportamentos e atitudes que se manifestam de forma preconceituosa, por parte de algumas pessoas, em particular, ou de determinado grupo. E, no Brasil este é um direito garantido pela Constituição Federal (1988) que assegura o direito de culto e de exercer com liberdade nossa crença religiosa, seja ela qual for:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prosperidade, os termos seguintes: VI- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, à proteção aos locais de culto e suas liturgias.

107

Na Escola Municipal Deputada Maria do Céu Pereira Fernandes não é diferentemente de outras da rede pública de ensino, existe um trabalho que atenta para a diversidade de atividades que de alguma forma todos possam participar, também buscando cumprir a lei, os alunos não são obrigados a participar, caso não sintam de acordo e, algumas vezes, determinados pais pedem junto ao gestor e coordenação para que os filhos não participem de determinadas atividades que de acordo com seu ponto de vista, não condiz com suas práticas ou crenças religiosas.

Lembrando que mesmo o Brasil sendo um país laico, e a escola buscando se manter neutra com relação a temas religiosos, questionamentos por partes de alunos ou situações de intolerância por algumas características ou acessórios religiosos usados por outrem acabam por gerar constrangimentos e eventos de bullying, devido a intolerância religiosa; fator que instigou a pesquisa nessa escola.

A escolha do objeto de estudo é oriunda das indagações advindas do cotidiano escolar, situações que diariamente são questionadas principalmente pela sociedade, como um todo, sobre a relevância de trazer à tona um espaço para discussão sobre o tema em questão.

Diante da realidade apresentada pelo atual cenário educacional brasileiro acredita-se ser imprescindível abarcar toda e qualquer manifestação religiosa como expressão cultural livre de preconceitos e intolerâncias. Esta, é umas das expressões da violência, entendida como a ruptura das relações harmoniosas, justas e fundadas no diálogo e no respeito ao outro. Desta forma, compreendemos que é necessário realizar pesquisas que sensibilizem e incentivem os ambientes escolares a respeitar e assegurar o direito as diversidades religiosas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Considerações a respeito da religião

O sociólogo Emile Durkheim reconhece que religião, acima de tudo, diz respeito ao modo como organizamos a nossa compreensão da realidade e, nesse caso, ela é precursora da ciência e não da sua antítese. A religião é um fenômeno extraordinário e complexo, multifacetado, que pode ser estudado por várias disciplinas: Sociologia, Psicologia, Filosofia, Antropologia, entre outras. Nenhuma delas, contudo, é capaz de apreender, compreender e explicar tal fenômeno.

A religião coloca-se como metáfora do real, como o manto que encobre e encante a realidade humana. Porém, a natureza religiosa existe e revela um aspecto essencial e social da humanidade. Então, nesse contexto Durkheim (1996, p. 38) ressalta que “a religião é coisa eminentemente social. As apresentações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas, os ritos são maneiras de agir que surgem unicamente no seio dos grupos reunidos e que se destinam a suscitar, a manter, ou a refazer certos estados mentais”.

Quando falamos de religião se torna quase impossível a imparcialidade, principalmente em relação a um assunto tão subjetivo e envolvente como a religião. Para tanto é imprescindível abraçar toda e qualquer manifestação religiosa como expressão cultural, portanto, livre de preconceitos e intolerâncias. Então o Monoteísmo e o Politeísmo por serem temáticas religiosas diferentes, é preciso analisar numa perspectiva

educacional, para que a educação seja supostamente marcada pela igualdade entre todos, onde o povo brasileiro tenha a identidade formada em diferentes religiões e será preciso enfatizar o respeito à diversidade cultural religiosa de cada indivíduo.

A proposta deste estudo foi trazer para o campo acadêmico um assunto pouco abordado, a posição de professores diante da minoria religiosa, em particular as religiões de matrizes africanas e o poder que eles têm de inferiorizar seus alunos, punindo-os pela fé que professam. Assim como mostra a Base Nacional Comum Curricular (2017):

No conjunto das crenças e doutrinas religiosas encontram-se ideias de imortalidade (ancestralidade, reencarnação, ressurreição, transmigração, entre outras), que são norteadoras do sentido da vida dos seus seguidores. Essas informações oferecem aos sujeitos referenciais tanto para a vida terrena quanto para o pós-morte, cuja finalidade é direcionar condutas individuais e sociais, por meio de códigos éticos e morais. Tais códigos, em geral, definem o que é certo ou errado, permitido ou proibido. Esses princípios éticos e morais atuam como balizadores de comportamento, tanto nos ritos como na vida social. (BRASIL, 2017, p. 440).

Uma solução viável que podemos começar a discutir é ensinar a religião como cultura, atrelado às disciplinas que dão esta abertura, como História, Geografia, por exemplo. A religião faz parte da cultura é um fenômeno cultural que reflete a cultura de um de um determinado grupo e também um campo de memória. A religião é constituída por mitos, rituais e comportamentos morais, até porque é um fenômeno extraordinário e complexo, multifacetado, que pode ser estudado por várias áreas de conhecimento como o social, psicológico, filosófico, antropológico, teológico, entre outros, e nenhum é capaz de apreender, compreender e explicar tal fenômeno a contento.

A religião coloca-se como metáfora do real como o manto que encobre e encanta a realidade humana. Porém, a natureza religiosa humana existe e revela um aspecto essencial e social da humanidade, assim, Rubem Alves (1991, p. 240) fala,

E é aqui que surge a religião, teia de símbolos, redes de desejos, confissão de, espera, horizonte dos horizontes a mais fantástica e pretenciosa tentativa de transubstanciar a natureza... A religião se nos apresenta como um discurso, uma rede de símbolos. Com esses símbolos os homens discriminam objetos, tempos e espaços, construindo, com o seu auxílio, uma abobada sagrada com que recobrem o seu mundo. Talvez porque sem ela, o mundo seja por demais frio e escuro. Com seus símbolos sagrados o homem exorciza o medo e constrói diques contra o caos.

Sabemos que os cristãos católicos e protestantes são maioria nas escolas e que todo professor carrega consigo seus dogmas e crenças. Nenhum docente ao entrar numa sala de aula, deixa de lado de fora sua fé e suas origens.

Com essa visão crítica, procura-se trazer esse tema, ou seja, esse assunto para ser estudado na tese de doutorado, para que assim, haja um maior aprofundamento sobre o referido assunto, através de pesquisas e referências bibliográficas. Trazer esse conteúdo à tona na esfera educativa, tanto irá fortalecer os conhecimentos para mim enquanto formando quanto para abrir novas discussões para futuros pesquisadores, uma vez que se percebe que esse assunto é na maioria das vezes evitado pelas escolas, quer seja pela falta de domínio por parte dos professores ou até mesmo para evitar desencontro diante das contradições religiosas.

Perante as inúmeras manifestações religiosas no Brasil, é de fundamental importância sondar se o campo educacional cumpre o seu papel em oportunizar um ensino de qualidade pautados nos ideais democráticos, garantindo o respeito à diversidade religiosa mantendo a laicidade pontuada desde a constituição Federal até a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (2017) que propõe um ensino voltado para o atendimento das variadas crenças, como podemos ver:

### 3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

#### 3.1 Caracterizando o campo da pesquisa

110

O trabalho foi realizado na Escola Municipal Deputada Maria do Céu Pereira Fernandes (Figura 1), fundada no ano de 1988, localizada à Rua Professora Nazaré Duarte, nº 74, Bairro Novo Horizonte II, na cidade de Goianinha-RN. É uma instituição mantida pelo poder público e administrado pela Secretaria Municipal de Educação, funcionando em prédio próprio, nos turnos matutino, vespertino e noturno. Atua com o Ensino Fundamental I e II e com a modalidade de Jovens e Adultos, a EJA.

**Figura 1** - Fachada da Escola Municipal Deputada Maria do Céu Pereira Fernandes, município de Goianinha/RN.



**Crédito da imagem:** Site da Prefeitura de Goianinha/RN.

Goianinha é uma cidade do Estado do Rio Grande do Norte, situada a 16 km a Norte de Canguaretama a maior cidade dos arredores, tendo Espírito Santo e Ares como municípios vizinhos. O município se estende por 192, 3 km<sup>2</sup> e contava com 22 481 habitantes de acordo com o último censo. A densidade demográfica é de 116,9 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Apresenta as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 6º 16 '8" Sul, Longitude 35º 12' 32" Oeste (IBGE, 2012). As principais atividades econômicas são agropecuárias e comércio e conta com o Polo industrial. Em relação à infraestrutura, o município possui 01 pousadas, 01 Hotel, 04 agências bancárias e 01 agência dos Correios, além de várias empresas com CNPJ atuantes no comércio varejista (IDEMA, 2015).

Segundo a Secretaria de Educação, o município conta com 27 escolas, sendo nove Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, e 18 de Ensino Fundamental, e de acordo com o censo de 2018, o município contava com 7.686 alunos. De acordo com a Resolução de nº 001/2018 - Conselho Municipal de Educação, de 31 de Janeiro de 2018, no capítulo III, Art. 5º, a rede municipal de ensino constituía-se de 27 (vinte e sete) estabelecimentos de Ensino, dos quais 14 (catorze) localizam-se na área rural e 13 (treze) área urbana do município. A rede municipal de Ensino de Goianinha atende a alunos da Educação Infantil (creche e pré-escola, do Ensino Fundamental Regular (do 1º ao 9º ano) e da Educação de Jovens e Adultos (do 1º ao 4º nível).

111

A escola em cumprimento ao que postula a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não obriga o aluno a assistir determinadas aulas que jugarem não ser de seu interesse religioso, assegurando assim o respeito a diversidade cultural religiosa. Já as famílias são advindas de classe baixa, em que a maioria ganha um salário mínimo, as mães são domésticas, costureiras, os pais serventes, agricultores, marceneiros, mecânicos, pescadores, pedreiros, vigilantes e trabalhadores da usina Estivas e outros da cerâmica localizada na cidade.

É importante ressaltar ainda que, a escola contava com uma matrícula inicial de 620 alunos no ano de 2019, sendo 300, no turno matutino, 200 no turno vespertino e 104, no turno noturno com faixas etárias que variam de acordo com os níveis e modalidades de ensino, distribuídos nos turnos: matutinos, vespertino e noturno, com faixa etária distribuída conforme o **Quadro 1**.

**Quadro 1** – Alunos matriculados na Escola Municipal Deputada Maria do Céu Pereira Fernandes, em 2019.

TURMA	FAIXA ETÁRIA	MATRÍCULA (inicial)
5 <sup>o</sup> anos	10 a 11 anos	108
6 <sup>o</sup> anos	De 11 a 12 anos	119
7 <sup>o</sup> anos	De 12 a 14 anos	113
8 <sup>o</sup> anos	De 13 a 14 anos	98
9 <sup>o</sup> anos	De 14 a 15 anos	78
Nível I	De 15 a 18 anos	11
Nível II	De 18 a 25	13
Nível II	De 25 a 30 anos	34
Nível IV	De 30 em diante	46
TOTAL		620

**Fonte:** secretaria da escola (2019).

Observou-se também através dos dados obtidos uma redução na matrícula de alunos na modalidade de Jovens e Adultos e em contrapartida obteve-se um aumento significativo da procura por vagas no ensino regular. Segundo informações a procura por vagas se deu devido aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB nos dois últimos anos de avaliação, em que a escola apresentou o melhor resultado no município, nas duas esferas de avaliação (5<sup>o</sup> ano e 9<sup>o</sup> ano), sendo 5,4 em 2017 no 5<sup>o</sup> ano, e 4,7 no 9<sup>o</sup> do Ensino Fundamental.

A escola conta com recursos advindos da prefeitura Municipal de Goianinha por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB. A instituição encontra-se inserida no programa do livro didático, sendo o acervo literário implementado no ano de 2018 pelo Programa Nacional de Livro Didático - PNLD, e oferece aos alunos uma merenda de boa qualidade. Possui, também, a atuação do Programa Saúde na Escola - PSE, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Com relação à sua estrutura física, a instituição possui uma área de 1.778 m<sup>2</sup>, dividida em 21 dependências as quais encontram-se em bom estado de conservação em virtude da recuperação que é feita no início de cada ano letivo. A mesma possui uma boa acessibilidade na maioria da estrutura, os espaços físicos são todos utilizados e, estão assim distribuídos: 01 diretoria, 01 laboratório de informática, 01 sala multifuncional, 01 laboratório de ciências e matemática, 01 sala de professor, 01 sala, 07 salas de aula, 01 arquivo, 01 depósito de material de limpeza, 01 dispensa, 01 área livre coberta (pátio - 180 m<sup>2</sup>), 01 cozinha, 01 área de serviço, 01 banheiro para funcionários, 02 banheiros para os

alunos, 01 feminino com 04 sanitários e 01 masculino com 04 sanitários inclusive para alunos deficientes.

Na sala de recursos multifuncionais há uma variedade de jogos educativos, brinquedos de montar e de encaixe, fantoches, livros paradidáticos, computadores que funcionam com atividades específicas para os alunos especiais, entre outros equipamentos para estimular a aprendizagem dos alunos.

Para iniciar a pesquisa, foi realizada uma visita a instituição para explanação dos objetivos do trabalho e coleta do assentimento da direção da escola, para a realização das demais etapas da pesquisa. Na ocasião foi realizado a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e proposta curricular da escola, regimento escolar, como também levantamento de números de alunos matriculados por faixa etária. Foi possível perceber que tanto o PPP, quanto a proposta curricular estavam em fase de atualização, para atender as novas demandas propostas pela Base Nacional Comum Curricular (2017) e do Documento Curricular do Rio Grande do Norte (2019).

O PPP é um dos documentos de grande importância na escola, pois diz respeito à própria organização do trabalho pedagógico que está diretamente ligada à concepção, realização e avaliação do projeto educativo. O PPP vai além de um agrupamento de planos de ensino e atividades, e deve ser compreendido como uma ação intencional pensado coletivamente, construído e vivenciado em todos os momentos da ação pedagógica. A análise do PPP foi de fundamental importância, pois através dele foi possível constatar a dimensão pedagógica adotada pela escola e a sua intencionalidade na formação do cidadão.

Para Veiga (2007, p. 13),

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola.

Neste sentido, faz-se necessário uma reflexão acerca dos discursos que são apresentados nos PPP como novos no âmbito da educação, mas que de certa forma não refletem o cotidiano da escola, criando assim, uma barreira entre o que se propõem e o que de fato acontece (a ação). Veiga (2007, p. 14), ainda destaca que “a principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade”. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva.

No que se refere ao documento curricular do Ensino Fundamental I e II, também em fase de elaboração, pôde-se observar que, existe uma necessidade gritante na reflexão e reformulação dos conteúdos destinados a cada série, uma vez que muitos já estão em desuso, considerando a necessidade do atendimento das novas demandas na formação do cidadão na atualidade. O documento está sendo atualizado para o atendimento as novas orientações postuladas na Base Nacional Comum Curricular (2017) e Documentos Curricular do RN (2019), os quais apontam indicadores para a construção de um currículo comum a nível de Brasil.

No momento de análise da proposta Curricular e PPP foi informado pela coordenação da escola que a equipe pedagógica passa por um momento de formação oferecido por técnicos da Secretaria de Educação do município de Goianinha para orientação para a atualização dos documentos escolares em pauta. Considerando as orientações e implementação da Base Comum Curricular na Escola, tem se levado em conta as atualizações específicas no documento do Rio Grande do Norte, pois este contempla ainda além das 10 competências previstas na Base, mais duas que se destinam a inclusão e sustentabilidade, considerando estas como demandas específicas do Estado do RN.

Compreende-se que, esses documentos que se encontram em fase de atualização, por si só possui característica transitória e, não se configura em um texto absoluto, mas que deve ser atualizado e reformulado sempre que se fizer necessário, melhorando e ampliando, nas próximas elaborações à luz das mudanças, preconizadas pela sociedade emergencial.

### **3.2 Percepção dos professores da escola a respeito do trabalho pedagógico realizado na disciplina de ensino religioso**

Para a concretização desta etapa, foi enviado convite virtual para os professores e da coordenadora pedagógica para estímulo a participação. Inicialmente foi dado as boas vindas e agradecimento de forma verbal pela disponibilidade na contribuição da pesquisa. Em seguida, fez-se a explanação da pesquisa e dos objetivos da mesma para os participantes desta etapa. Depois foi realizada a aplicação dos questionários com as professoras, coordenadora pedagógica e gestora.

Inicialmente foi organizado o perfil dos professores da Escola Municipal Deputada Maria do Céu Pereira Fernandes durante o período de junho de 2021. Os professores alguns

são residentes do centro do município de Goianinha-RN, outros são oriundos de cidades e estados vizinhos, todos tem acesso aos documentos escolares e fazem uso da internet para realizarem pesquisa e se aperfeiçoarem. No que se refere ao salário, este varia de acordo com o tempo e a sua relação com o plano de cargos e salários do município.

Diante dos levantamentos obtidos a partir dos questionários, conforme exposto no Quadro 02, observou-se que a religião católica predomina entre as demais com 18 das identificações, sendo que apenas 02 se identificam protestantes. Do total, 10 são casados, 01 divorciado e 09 são solteiros. A faixa etária varia entre 26 a 51 anos. No que concerne ao tempo de atuação dos mesmos, observou-se que sendo 15 são concursados em 2001, 03 em 2014 e 02 são do processo seletivo, mostrando assim que a maioria dos professores já possuem um tempo de experiência e conhecimento da clientela com a qual atua, observando-se também que muitos deles já possuem mais de 05 anos de experiência enquanto professor na escola.

No que diz respeito à escolaridade, 04 professores são graduados em Pedagogia, 02 são graduadas em Geografia, 02 em Matemática, 01 em Ensino Religioso, 02 em Letras, 01 em Biologia, 04 em Educação Física, 01 em Ciências, 02 em História, sendo que 02 professores têm especialização em Psicopedagogia, 01 em Psicomotricidade Clínica e Escolar e 03 em fase de conclusão do mestrado.

Diante do exposto, pode-se observar que a escola apresenta um quadro de professores que possuem formações de acordo com a disciplina que lecionam, muito embora, todos perpassem por situações que requer uma habilidade intelectual no tocante ao tratamento didático das questões religiosas, pois nenhum professor está livre de ser surpreendido com questões desafiadoras perante o cenário preconceituoso vivenciado na atual sociedade brasileira. Na maioria das vezes o atendimento às demandas que envolvem situações religiosas fica sobre a responsabilidade do professor de religião, por ser compreendido como profissional que detém o conhecimento mais elaborado para atender as expectativas na área.

Neste sentido, torna-se indispensável a construção de estratégias que apontem para a garantia da tolerância como um requisito indispensável para manter a harmonia e a convivência no espaço escolar independente de qual seja o professor. Percebe-se também que o discurso religioso acerca do amor fraterno por si só não tem sido estratégia suficiente

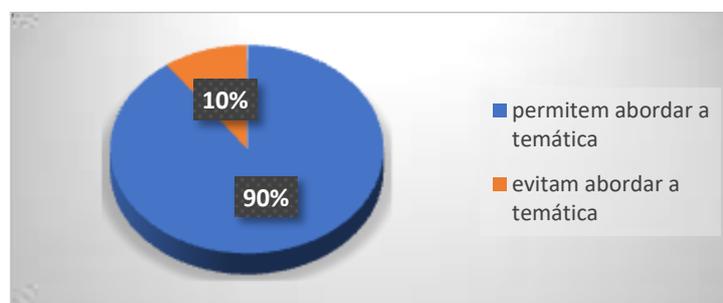
para manter a paz em variados espaços da sociedade, por este motivo a tolerância ocupa espaço fundamental para o equilíbrio entre os discursos religiosos.

Sendo assim, é importante destacar que o conceito de tolerância tem sido uma temática cada vez mais frequente nos discursos de variadas esferas da sociedade, “uma vez que a intolerância se efetivou uma prática comum diante da diferença; sendo manifestada pelo preconceito e discriminação” (MENEZES, 2007, p. 78). A intolerância não é apenas questão de não tolerar as opiniões divergentes; ela é agressiva e com frequência e com frequência assassina, no seu ódio à diversidade alheia.

Ao questionar aos professores se sentem preparados para lidar com os conflitos religiosos, e se permitem atuar nesse segmento, responderam que sim, mas que na maioria deles buscam evitar os diálogos que envolvem questões religiosas para que os conflitos não sejam levantados. Destacamos nas respostas que 90% evitam os discursos religiosos buscando adentrar em outras temáticas para fugirem dos eventuais comentários polêmicos ou preconceituosos, 10% dos professores permitem o diálogo acerca da temática buscando exemplos e apoio em leis que fomentam o respeito e a tolerância durante os diálogos, como demonstrado no Gráfico 1.

Percebe-se nos discursos dos professores a insegurança na atuação frente aos diálogos sobre assuntos que envolvem questões religiosas, por este motivo, independente da formação que já têm, muitos deles sentem a necessidade de se atualizarem cada vez mais na área, que seja através de pesquisas por iniciativa própria, por meio de formação continuada ou até mesmo através de especialização em teologia para melhor compreensão do assunto.

**Gráfico 1** – Porcentagem de professores que evitam e que permitem abordar os discursos religiosos na escola.

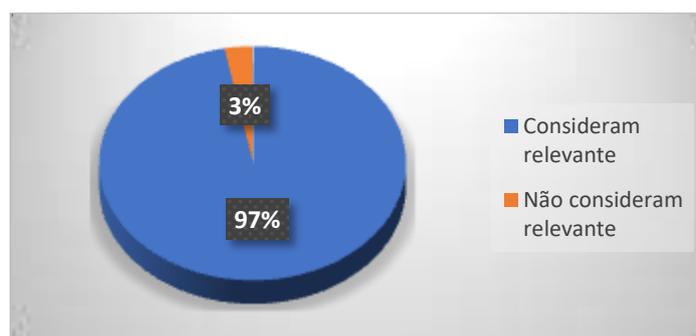


**Fonte:** dados da pesquisa (2019).

Estudar os fenômenos e sistemas religiosos como parte da cultura significa apreender um fator identificável da experiência humana, que se apresenta como imagens que passaram através de milhares de pessoas, ao longo de diferentes tradições, algumas modeladas nos santuários, outras nas universidades. Entretanto, muito desse universo permanece inclassificável. Essa constatação, contudo, não deve ser impedimento para pensarmos o tema. Ao contrário, o reconhecimento de que, em termos de religiões, a variedade é, acima de tudo, humana, significa compreender o nosso lugar no panorama religioso, reconhecendo os “outros” menos como competidores, mas sim, verdadeiramente, como companheiros de aventura existencial (AZEVEDO, 2016).

No questionamento sobre a relevância em tratar as questões sobre Monoteísmos e Politeísmos, observa-se no Gráfico 2, que 97% dos professores concordam que este assunto deve sim ter espaços de discussão frente a sala de aula, pois é um assunto que traz informações essenciais, enquanto 3% não consideram relevante trabalhar a temática em sala de aula para melhor justificar e entender a religião a qual pertencem, muito embora, eles afirmem através dos diálogos que são carentes da necessidade de mais informações na área.

**Gráfico 2** - Porcentagem de professores que consideram ou não relevante trabalhar a temática Monoteísmo e Politeísmo.

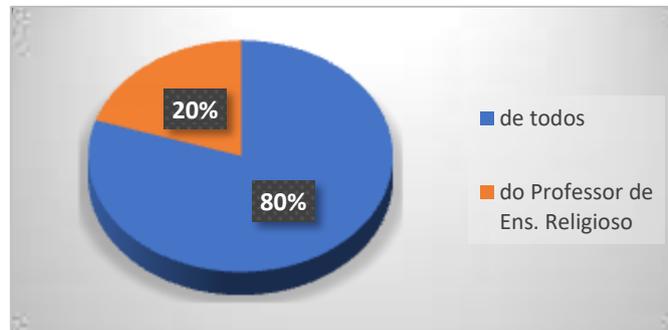


**Fonte:** dados da pesquisa (2019).

No questionamento sobre de quem é a responsabilidade de trabalhar os conflitos religiosos frente a prática escolar, as respostas mostram no gráfico 4, onde 80% dos professores entrevistados concordam que a responsabilidade é de toda a escola, porém aquele que melhor consegue gerir os questionamentos e conflitos a luz do conhecimento é o professor com formação específica, e 20% afirmam que essa responsabilidade não

competem a eles, pois não possuem formação na área, ficando assim, sobre a responsabilidade do Professor de Ensino Religioso (Gráfico 3).

**Gráfico 3** – Opinião sobre de quem é a responsabilidade de trabalhar conflitos religiosos.



**Fonte:** dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que diante das colocações dos professores, existe uma união na busca pela resolução dos problemas e garantia da aprendizagem escolar por meio da promoção de um trabalho pedagógico pautados nos valores humanos e éticos de respeito ao outro, no entanto, fomentam a necessidade de inclusão nas formações continuadas espaços para os debates que envolvam um direcionamento conciso sobre a condução de qualquer questionamento que apontem para o preconceito religioso em sala de aula.

118

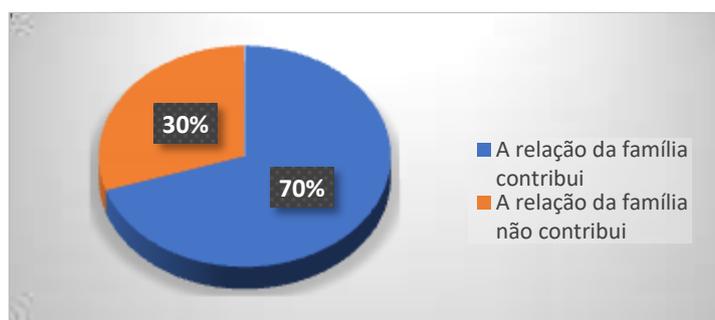
Com isso, compreendemos que apesar de recair a responsabilidade para o Ensino Religioso, este não tem sido suficiente no combate à intolerância no ambiente escolar. Tal informação é contemplada no estudo *Laicidade e Ensino Religioso no Brasil*, realizado em pelas pesquisadoras Debora Diniz, Tatiana Lionço e Vanessa Carrião (2010). O estudo comprova que o foco do ensino está na religião cristã, pelo fato do ensino religioso, de certa forma, “ignora a diversidade e o pluralismo cultural da sociedade brasileira, estimula a intolerância e transmite preconceitos”, segundo as pesquisadoras.

Muitos ainda confundem Educação religiosa com Ensino Religioso, ainda segundo as pesquisadoras citadas anteriormente, quase todos os estados confundem esses dois conceitos, pois o que se oferece no Brasil sob o rótulo de ensino religioso é uma educação de cunho cristão e predominantemente católico.

Quando questionados se a relação da família com a escola tem contribuído ou não para o aprendizado do aluno e com a solução dos conflitos religiosos, conforme o Gráfico 4, podemos averiguar que 70% dos participantes responderam que sim, pois compreendem que existe um bom relacionamento entre a família e a escola, 30% dos professores

demonstraram que não, pois segundo eles, alguns pais se demonstram muito interligados a religiosidade que muitas vezes chegam a vetar a participação dos filhos em determinadas atividades. Existiram situações, segundo informações dos professores que alguns deles sugerem que os relacionamentos entre o filho e o colega sejam evitados por não pertencerem ao seu grupo religiosos, dificultando assim, a solução de conflitos e algumas vezes comprometendo a aprendizagem.

**Gráfico 4** - A relação da família com a escola tem contribuído ou não com o aprendizado do aluno e com a solução dos conflitos religiosos.



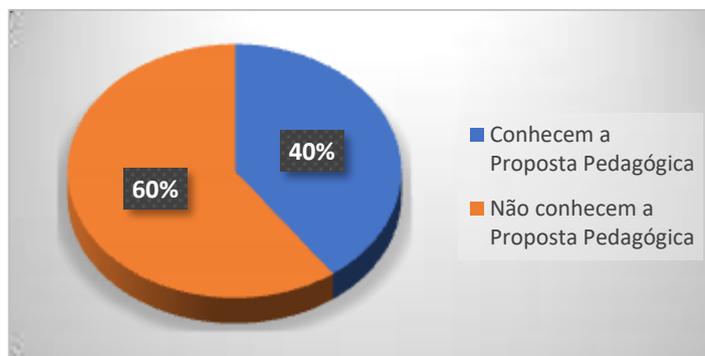
**Fonte:** dados da pesquisa (2019).

É possível compreender que, parte da família ainda se encontra muito interligada às doutrinas religiosas e não ao exemplo deixados pelos seus deuses, e que esse fator ainda tem espaço marcante no ambiente escolar (BRASIL, 2010).

Ao serem questionados sobre o conhecimento dos pais no que diz respeito a Proposta Pedagógica da Escola e a frequência nas reuniões, verifica-se no gráfico 5 que 40% dos professores responderam que os pais participam das reuniões e se interessam pelo conhecimento da Proposta Pedagógica da escola, mas 60% responderam que os pais não demonstram nenhum interesse em conhecer a proposta, pois estão sempre muito apressados e o tempo não é suficiente para fazer, sequer a audição da leitura deste documento.

A participação dos pais nas reuniões escolares é de fundamental importância, pois conhecer aquilo que o seu filho irá conhecer e que fará parte do seu processo de formação, constitui um fator determinante na construção do saber e, conseqüentemente na internalização de valores que serão conduzidos para o resto de suas vidas. A participação ativa dos pais na escola, abre um espaço para que ele não apenas reconheça o que a escola tem a oferecer, mas sobretudo, que ele externar aquilo que se faz necessário ou não o filho aprender, tendo em vista, sua cultura, sua religião, seus valores construídos anteriormente.

**Gráfico 5** – Participação nas reuniões e conhecimento da proposta pedagógica da Escola.



**Fonte:** dados da pesquisa (2019).

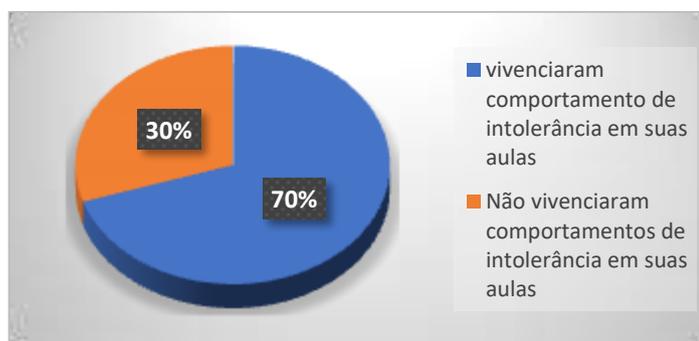
Como destaca Szymanzki (2003, p. 101) “as famílias podem desenvolver práticas que venham a facilitar a aprendizagem na escolar (por exemplo: preparar para a alfabetização) e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola (por exemplo: hábitos de conversação) ou não”. E é nesse sentido que a família passa a participar da escola, por meio de suas intervenções no processo educacional do aluno, gerando assim, grandes mudanças em seu comportamento e aprendizado. É mediante essas intervenções que a escola passa a identificar quais as dificuldades que o aluno encontra no ambiente extraescolar.

Sabe-se que, existem inúmeras dificuldades que a família enfrenta para colaborar com as atividades da escola, que vão desde baixa escolaridade dos pais quanto às condições financeiras da família, porém toda participação é de extrema importância, pois mostra que a família está preocupada com sua educação e resultados, que dá importância na escola onde ele está a maior parte do tempo, e que apesar das dificuldades o seu filho não está só.

Ao ser questionados sobre situações de intolerância vivenciadas em suas aulas, 70% dos professores confirmaram ter vivenciado situações de intolerância por parte de determinados alunos e, 30% afirmaram não ter vivenciado qualquer tipo de situação que canalizasse para a intolerância ou preconceito de cunho religioso (Gráfico 6).

Através do diálogo informal com os participantes, entende-se que eles identificam a necessidade do respeito e da tolerância, mas persiste desprezo em relação ao que não conhecem. Candau (1995) chama atenção para a relevância da escola como um espaço onde se formam as crianças e os jovens para serem construtores ativos da sociedade na qual vivem e exerçam a cidadania.

**Gráfico 6** – Porcentagem dos professores que vivenciaram comportamentos de intolerância em suas aulas por parte dos alunos.



**Fonte:** dados da pesquisa (2019).

A intolerância religiosa parece ter pouca visibilidade no espaço escolar, apesar da situação relatada, existem vários estudos e pesquisas que revelam que há atitudes de preconceito, e de intolerância instigadas pela religião que se declara, ou pela ausência dela, e esse fator não pode passar despercebido, pois o respeito à diversidade cultural e religiosa é um campo que ainda, necessita ser bastante discutido no contexto escolar. Umberto Eco (1998) instiga a compreender as questões da intolerância, trazendo o conceito de tolerância como uma resposta à intolerância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência das relações harmoniosas pautadas nas atitudes de respeito, do diálogo e do amor fraternal, é o que motiva e reflete a intolerância como uma das formas de violência humana. E por ser uma das formas da violência, há que se repensar sobre suas implicações e as exigências para que a real tolerância seja efetivada, sobretudo nos meios escolares. De acordo com os professores o preconceito, frente as religiões, é frequente, porém, o maior alvo das provocações inclui desde adereços que caracterizam a religião até as formas de comportamentos considerados diferentes das do grupo predominante. Os preconceitos se manifestam desde as brincadeiras de mau gosto até as agressões verbais e físicas.

Portanto, pode-se assegurar que a solução para a intolerância está também dentro dos muros da escola, pois se a educação é compreendida como um dos principais meios barra combater a intolerância, então cabe a escola oportunizar um ambiente onde o

respeito as diferenças, seja garantido, assim como, a garantia dos direitos básicos do cidadão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **O que é Religião**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

AZEVEDO, C. **A procura do conceito de Religio**: entre Religere e Religare. *Religare*. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba. v. 8, n. 2. 90-96. Março 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar**. MEC. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CANDAU, V. M. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CARRIAO, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

IBGE, **Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico**, RN- Goianinha, 2012.

MENEZES, P. **Tolerâncias e religiões**. In TEIXEIRA, Faustino (Org) *O diálogo Inter religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 2007.

VEIGA, I. P. (org.). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político Pedagógico da escola**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2007.